



ARQUEOLOGIA E TRADIÇÃO ORAL

COORD.
ALEXANDRA VIEIRA



CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

Título: *Arqueologia e Tradição Oral*

Coordenação: Alexandra Vieira

Design gráfico: Helena Lobo Design | www.hldesign.pt

Capa: Bacia de Mirandela a partir da Serra dos Passos. Fotografia de Alexandra Vieira

© 2023 Autores

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória

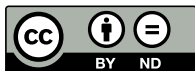
Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | www.citcem.org | citcem@letras.up.pt

Este trabalho é sujeito a *double-blind peer review*.

Referees: Ana Vale, Andreia Arezes, Francesco Renzi, Francisco Queiroga, Joana Valdez-Tullett, Lina Santos Mendonça, Otilia Lage, Pedro Pereira, Rafael Quintía, Sofia Figueiredo, Teresa Soeiro

Esta é uma obra em Acesso Aberto, disponibilizada *online* (<https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id024id1890&sum=sim&n0=Edi%C3%A7%C3%B5es%20do%20CITCEM&n1=Arqueologia%20e%20Tradi%C3%A7%C3%A3o%20Oral>) e licenciada segundo uma licença Creative Commons de

Atribuição Sem Derivações 4.0 Internacional (CC BY 4.0)



eISBN: 978-989-8970-66-4

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8970-66-4/arq>

VIEIRA, Alexandra, *coord.* (2023). *Arqueologia e Tradição Oral*. Porto: CITCEM. 202 pp.

Porto, dezembro de 2023 (1.ª edição)

Paginação: João Candeias

Este trabalho foi elaborado no quadro das atividades do grupo de investigação «Territórios e Paisagens» e é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/04059/2020.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO Alexandra Vieira	5
PREFÁCIO Lara Bacelar Alves	7
O Alto do Talégre (Albergaria-a-Velha, Aveiro) — um posto de comunicação entre a memória oral e a arqueologia António Manuel S. P. Silva, Paulo A. P. Lemos, Sara Almeida e Silva	11
Arqueologia e tradição oral... em Cascais José d'Encarnação	39
Além das materialidades: a tradição oral, os sítios arqueológicos e a memória coletiva Lois Ladra	49
Podomorfos do noroeste português na imagética popular José Moreira, Ana M. S. Bettencourt	67
Penedos na Paisagem. A oralidade e a força da pedra sagrada Álvaro Campelo	95
Mouros, topónimos e lendas: algumas achegas para o seu estudo Alexandra Vieira	125
Historias do inframundo: o subsolo no imaxinario colectivo Beatriz Comendador-Rey	157
Memoria popolare e serendipita' archeologiche. La leggenda di Monte Barro Fabio Carminati, Andrea Mariani	179

ARQUEOLOGIA E TRADIÇÃO ORAL... EM CASCAIS

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO*

Resumo: Procura-se mostrar como determinados topónimos e a existência de lendas constituem elementos a ter em conta pelo arqueólogo na identificação de sítios antigos. Exemplifica-se com casos patentes no concelho de Cascais: um «Caminho do Poço» a assinalar a vetusta importância duma nascente natural; a designação «Casais Velhos» a insinuar a existência de ruínas de construções; o topónimo Miroiços a identificar invulgar amontoado de pedras, que amiúde resulta da limpeza de terrenos onde preexistiam estruturas construtivas romanas; as lendas em torno de um sítio (Freiria) que as descobertas arqueológicas acabaram por confirmar.

Palavras-chave: microtoponímia; lendas; Cascais; villae romanas.

Abstract: The microtoponymies and the strange legends about a place can incite the archaeologist to research ancient civilizational vestiges. The examples of the Cascais' district in Portugal may be representative of this process: «The well's road» may signalize the ancient importance of a well to the local population; «Casais Velhos» («ancient hamlets») identifies old constructive remains; Miroiços it's an amount of stones perhaps from a Roman villa; the legends about a site may be confirmed by archaeological excavations.

Keywords: microtoponymy; ancient legends; Cascais; Roman villae.

1. AS DENÚNCIAS DA TOPONÍMIA

Era o Caminho do Poço. Ninguém o baptizara assim, oficialmente. Era o caminho que da aldeia levava ao poço donde o povo se abastecia. Um poço bem antigo, daqueles ditos «de chafurdo». Descia-se por uma escusa escadaria de pedra até ao nível da água, assim a modos das entradas de cisternas romanas. Cá fora, acopladas, duas pias: uma maior, para o gado beber; a outra deveria receber, em tempos recuados, a água tirada, porventura, por um engenho, já desaparecido nos anos 50.

Só os septuagenários sabem do Caminho do Poço, porque é do seu tempo. Hoje, o arruamento que o veio substituir, mais ou menos no mesmo traçado, chama-se Rua das Gardénias no seu primeiro trecho, de sul para norte, e, por não terem compreendido qual era o troço principal, ao trecho final que leva ao centro da povoação deram o nome de Rua dos Malmequeres. Tudo nomes de flores no perímetro dessa aldeia, decisão toponímica tomada pelos anos 60, a fim de melhor se identificarem os locais: uma aldeia tem nomes de santos, outra de santas, aquela de árvores, esta de escritores... Uma decisão política que teve o seu mérito, mas que fez tábua rasa da tradição.

* Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património. Email: jde@fl.uc.pt. O autor não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

E hoje, nada se sabe do Caminho do Poço, até porque a zona do poço, que compreendia os tanques de lavar e de passar, ‘miraculosamente’ foi anexada por uma propriedade particular, sem que ao Povo — a quem pertencia — tivesse sido dada a possibilidade de se pronunciar. Tudo desapareceu!

Ao invés, pode observar-se na internet (s. v. «fontes de chafurdo») o extraordinário interesse que essas fontes de chafurdo, também chamadas «de mergulho», por serem as mais antigas para abastecimento de água das populações, estão a despertar um pouco por todo o país, visando a sua reabilitação. Veja-se, a esse propósito, o apelo de Paulo Leitão Batista¹:

Importaria nos dias de hoje recuperar algumas destas fontes de chafurdo, atendendo ao que elas representam na história da vida aldeã [...]. A fonte de mergulho era um bem essencial, de que toda a população necessitava, a par com o forno. Lá diz o rifão: água e lenha, cada dia venha.

No que concerne à caracterização dessas fontes e ao seu interesse patrimonial, pode consultar-se Mário Barroca², que, de resto, orientou a dissertação de mestrado de Gisele Freitas Estrela³ sobre essa temática, a qual lhe deu, por isso, o merecido relevo.

Voltando à questão toponímica que nos ocupa e explicitada a razão por que o poço mereceu em Birre, freguesia e concelho de Cascais, durante mui largas décadas, as honras toponímicas tradicionais, relevarei que, como historiador, pugno, obviamente, pela manutenção das nomenclaturas toponímicas tradicionais. Por uma razão que já vem do tempo dos Árabes, os quais, no seu pendor eminentemente prático, davam aos sítios o nome que os caracterizava.

Por isso, conforme a Professora María de Jesús Rubiera Mata teve ocasião de nos explicar oralmente — aquando da sua visita a Cascais, para apresentar, em 30 de Outubro de 1993, o livro de poemas de Ibn Muqâna, que traduzira⁴ — o topónimo Birre radica etimologicamente numa palavra árabe que significa «terra firme». Na verdade, vindo do lado do mar, temos a primeira povoação, que se chama Areia, e vem depois Birre, onde o terreno arenoso cedia o seu lugar a matos cujo subsolo era — e é! — constituído quase à flor da superfície por grandes bancos de pedra.

Antes desta explicação, uma outra nos fora sugerida — sem que, infelizmente, nos tivesse sido dada uma explicação cabal, documentada — que apontava (e este é, não há dúvida, um pormenor também curioso) no sentido de o vocábulo ‘birre’ poder radicar na palavra *bir*, eventualmente presente no conhecido Alcácer Quibir.

¹ BATISTA, 2010.

² BARROCA, 2009: 90-91.

³ ESTRELA, 2017: 75.

⁴ RUBIERA MATA, 1996.

Ora, na verdade, *bir* tem mesmo o significado de ‘poço’. Assim, Bir Lehlou, cidade no nordeste do Sara Ocidental, é, segundo alguns, «uma transcrição do árabe hassani, que significa “a fonte (de água) doce”». Junto a Sétif, na Argélia, «here are five wells, the most important is named *Bir el Hárasc*», há cinco poços, dos quais o mais importante é *Bir el Hárasc*, topónimo que também se escreve *Bir el Arch* ou *Bir el Harrach*.

Rodrigo Pita Mercé investigou os apelidos de origem árabe patentes nas linhagens das terras de Huesca, Aragão, e, a propósito do apelido *Albiol*, não hesita em escrever: «Puede derivar de *al-bir* que, em árabe, significa “o poço”»⁵.

Alicia-nos, por conseguinte, pensar que já durante os tempos da ocupação árabe o sítio fosse conhecido por ter um poço, aonde, naturalmente, a população derredor acorria.

Permita-se-me que acrescente um dado pessoal: na meninice e na juventude, vivi com meus pais perto desse local, que, por isso, muito bem conheço. No Inverno, logo após as primeiras chuvadas, rebentava aí uma nascente de água bem límpida, de que nos servíamos.

Um outro topónimo cascalense se prende com a tradição oral da existência de uma nascente: *Alcabideche*.

Terá algo a ver — perguntar-se-á — com *Alcabideque*, a povoação junto a Conímbriga, donde vinha em abundância a água que abastecia a cidade romana⁶? Tem. Também no vale a norte de *Alcabideche*, na *Atrozela*, se situa o manancial em que as gentes se abasteciam. A expressão latina *ad caput aquas* — à da mãe-de-água! — passou pelo árabe e deu *Alcabideche*⁷.

2. OUTROS TESTEMUNHOS CASCALENSES

Quando, a partir de 1976, se criou na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra a cadeira de Técnicas de Investigação Arqueológica, uma das primeiras indicações que dávamos aos estudantes que se propunham fazer levantamentos arqueológicos era irem às Repartições de Finanças fotocopiar o rol dos topónimos das matrizes prediais. Sabia-se que determinados vocábulos eram, sem dúvida, indício de haver no sítio vestígios de «coisas do tempo dos Moiros».

Ilustremo-lo com exemplos que a actividade arqueológica em Cascais nos proporcionou.

⁵ PITA MERCE, 1962.

⁶ Sobre o abastecimento de água à cidade romana de Conímbriga, a partir de um *castellum aquae*, situado em *Alcabideque*, através de um monumental aqueduto ainda em boa parte conservado, leia-se ALARCÃO, ÉTIENNE, 1977: 51-64.

⁷ ENCARNAÇÃO, CARDOSO, 1995: 20 e 32.

2.1. Casais Velhos

O primeiro testemunho que nos ocorre é o dos Casais Velhos.

Trata-se de um microtopónimo localizado entre o citado lugar da Areia e a praia do Guincho. Situa-se num outeiro sobranceiro à praia e pensa-se que outrora, no vale a sul, poderia ter corrido uma ribeira.

A origem do nome perde-se, naturalmente, na noite dos tempos e os mais antigos garantem que sempre se chamou assim a esse sítio. Decerto porque, desde tempos imemoriais, ali se viam restos de construções, sem que se soubesse a que época poderiam corresponder. Os pastores conheciam o sítio. É provável que, uma vez por outra, até lá tivessem encontrado alguma moeda, mas... nada mais! Eram «Casais Velhos», de gente que há séculos ali terá vivido.

Só, evidentemente, no século XX, o nome chamou a atenção dos entendidos. Fizeram-se as primeiras escavações em 1945, porque depressa se percebeu que as argamassas e as cerâmicas indicavam uma ocupação romana⁸. O sítio acabaria por ser bastante falado, inclusive, porque, na campanha de escavações mais recente⁹, se levantou a hipótese de as estranhas tinas ali identificadas houvessem servido para a preparação de púrpura, uma vez que, numa lixeira, se encontraram abundantes conchas de *purpura haemastoma*, molusco marinho que, juntamente com a cochonilha, abundante nos carrascais da zona, servia às mil maravilhas para fazer frente ao comércio fenício ou com ele colaborar. E o Atlântico estava ali tão perto!...

Ainda se não considerou oportuno proceder à musealização deste povoado romano, que teve ocupação até aos primórdios do século IV — atendendo aos numismas de Constante, Teodósio e Constantino ali encontrados¹⁰. Tem-se preferido manter como está, só parcialmente escavado. Foi classificado como imóvel de interesse público por força do decreto-lei n.º 29/84, de 25 de Julho.

2.2. Miroiços

Outro microtopónimo que chamou a atenção dos arqueólogos foi «morouços», «moriços», amiúde grafado com i: «miroiço». É provincialismo beirão que significa «monte de pedras».

O raciocínio que está subjacente a esse interesse é o seguinte: esses morouços resultam da acção de «despedrar» de um terreno. Ou seja: ao longo dos tempos, as pedras que existiam no campo de sementeira prejudicavam a lavoura, por nelas o arado e a charrua empecerem; era necessário tirá-las, fazer montículos ou, de preferência, caso ainda os não houvesse, com elas se fazerem os valados delimitativos da propriedade

⁸ FIGUEIREDO, PAÇO, 1950.

⁹ CASTELLO BRANCO, FERREIRA, 1971.

¹⁰ «O estudo das moedas dos períodos que vão desde 205 d. C. até 450 d. C. bem demonstra o Baixo Império Romano» (CASTELLO BRANCO, FERREIRA, 1971).

ou, se necessário, se prepararem com elas os muretes dos socialcos. Por vezes, as pedras abundavam e os morouços ficavam mesmo no meio do campo e eram de tal monta que acabavam por dar nome à propriedade.

Perguntar-se-á: Por que razão é que tudo isso tem a ver com a Arqueologia?

Muito simples: porque os Romanos, por exemplo, faziam com pedra as casas das suas *villae*. É normal, portanto, que terra boa que se chame Moroços resulte precisamente desse despedramento!

Temos dois exemplos no território cascalense.

— Miroços da Malveira da Serra (freguesia de Alcabideche), uma *villa* romana, conhecida desde princípios do século XX, mas onde procedemos a sondagens em 1996, com vista a delimitar o sítio e a integrá-lo em rotunda da grande urbanização para aí prevista e aprovada só depois de garantida a preservação das ruínas. Resumem-se estas, fundamentalmente, às termas da *villa*, havendo, todavia, a possibilidade de virem a ser feitas escavações sistemáticas tendentes a pôr à mostra o que houver de significativo¹¹.

— Lugar de grande tradição local, Miroços de Manique, actual Bairro de Mirouços (ou Morouços), já na freguesia da São Domingos de Rana, esconde também uma *villa* romana, como o provam os inúmeros restos cerâmicos encontrados à superfície. A sua posição sobranceira à Ribeira de Caparide (aí ainda chamada «de Manique») permitiria aos seus habitantes um domínio visual (e não só, decerto!) sobre o território adjacente. Não fizemos escavações, porque — atendendo a que se lograra a sua classificação como imóvel de interesse público (decreto-lei nº 5/2002, de 19 de Fevereiro) — não corria risco de destruição. Preferimos desviar a nossa atenção para uma zona mais a norte do que supusemos serem os limites da *villa* e deparámos com uma extensa necrópole, que nos proporcionou muitos conhecimentos, inclusive do ponto de vista antropológico. A necrópole já ali se situaria no dealbar da Alta Idade Média¹².

2.3. Freiria

2.3.1. O «rio do esquecimento»

A ida dos arqueólogos para o sítio que viríamos a designar por *villa* romana de Freiria prende-se com a notícia dada, em 1913, por Vergílio Correia¹³ de que uns trabalhadores haviam encontrado por ali uma sepultura numa pedreira. À procura doutros vestígios — uma sepultura não poderia estar só!... —, Guilherme Cardoso logo se apercebeu dos fragmentos de cerâmica romana espalhados pelo campo, restos de *opus signinum*, afloramentos de muros...

¹¹ ENCARNAÇÃO, CARDOSO, 2019: 102-103.

¹² CARDOSO, 2018; ENCARNAÇÃO, 2013: nota 1.

¹³ CORREIA, 1913.

Era necessário sondar e depressa concluímos de que se tratava de uma *villa* romana. Localizada numa leve encosta a dar, do lado norte, para o ribeiro de Freiria, que corre no vale a norte da povoação de Outeiro de Polima, na freguesia de São Domingos de Rana. Aconteceu, porém, que as escavações prosseguiram aí durante anos, a partir de 1985, e de sepulturas... nada! Ou seja, parecia ter sido achado único o que Vergílio Correia dera a conhecer.

Era, de facto, estranha esta ausência, atendendo à dimensão e relativa sumptuosidade que as estruturas da *villa* que iam sendo postas a descoberto demonstravam. Até que, em 1998, ao abrirem-se as valas para o saneamento básico, do outro lado do ribeiro, se detectou a necrópole, acompanhada, inclusive, do *ustrinum*, ou seja, o lugar da cremação, tão grande era a quantidade de cinzas. E apareceram, portanto, as sepulturas, os esqueletos. E nós, os arqueólogos, pusemos as mãos na cabeça: como é que não pensámos nisto antes? A «cidade dos vivos» tinha de estar separada da «dos mortos» por uma linha de água.

Essa não foi, no entanto, a maior surpresa. É que já nos haviam dito que corria voz antigamente de que era perigoso atravessar ali o ribeiro. Possibilidade de assaltos? Sim, talvez, o lugar era escuso. Mas, palavra puxa palavra, um dos anciãos confessou:

— *Dizia-se que quem passasse por ali de noite se perdia, deixava de saber quem era, donde vinha e para onde ia!*

Aí, os arqueólogos puseram de novo as mãos na cabeça: o Rio do Esquecimento! Estava tudo explicado.

2.3.2. A multiplicação dos pães!

Uma das estruturas que mais problemas de identificação nos pôs foi o que chamámos as Termas do Sul. Grandes termas, a julgar pela dimensão prevista das tinas aquecidas, demasiado imponentes para poderem concretizar-se, não por razões estruturais ou financeiras da construção — como se pensa que também tenha acontecido na *villa* de São Cucufate, Vidigueira¹⁴ —, mas seguramente pelo incomportável dispêndio de lenha necessário para o seu cabal funcionamento.

Logicamente, esse contratempo foi compensado pela atribuição doutras funcionalidades ao local.

Um dos recantos serviu, a dado momento, de sepultura de uma menina¹⁵; a presença de pequenos canais bem conservados ainda nos levou a imaginar lagar de vinho; o achamento do dormente de uma mó de consideráveis dimensões intrigou-nos bastante: que faria ela ali? A resposta começou a ser dada quando nos apercebemos da possível existência de um forno, sugerida pelas pedras e cerâmica que havia sido

¹⁴ ALARCÃO, ÉTIENNE, MAYET, 1990: I, 115.

¹⁵ CARDOSO, 2018: 115.

submetida à acção do fogo. Ao saber de experiência feito de Macarena Bustamante-Álvarez juntou Guilherme Cardoso os dados recolhidos e a conclusão foi: ali fabricou-se pão! Estava-se, sem dúvida, perante um *pistrinum*, uma padaria¹⁶!

E, nessa altura, nova luz se fez!

Fica não muito longe de Freiria a ermida de Nossa Senhora da Conceição da Abóboda, local de secular devoção desde o século XVI. Ora acontece que há, ligada a essa ermida, a lenda de que aparecera a Senhora a uma criança faminta e lhe disse:

— *Vai às terras de Freiria. Aí encontrarás uma senhora. Pede-lhe pão!*

A padeira escutou a criança e à medida que ia tirando pão do forno os pães multiplicavam-se¹⁷.

Ligaram-se, pois, as pontas: a tradição popular, passada de geração em geração, vinha assim encontrar confirmação física já nos finais do século XX.

CONCLUSÃO

Diz o Povo que não há fumo sem fogo; aprenderam os arqueólogos que nomes de terras, lendas de moiras encantadas e de lugares suspeitos constituem, afinal, alfobre de lições de História! Nenhuma ponta dessa teia se deve deixar escapar, sob pena de, por inépcia, se perder uma sugestiva ilação.

Assim se passou em Cascais: os moroiços, os Casais Velhos, os maus espíritos a esvoaçar pelo vale... E, em contrapartida, o gesto benevolente da Senhora!

E — sempre! — a toponímia a dar-nos lições! Por isso, os docentes nos anos 70 e 80 diziam aos candidatos a arqueólogos: «Vejam-me bem esses microtopónimos e não deixem de ir aos locais de toponímia sugestiva!».

Houve uma inscrição romana que, no século XIX, foi procurada na Igreja de São Paulo, em Lisboa, porque a informação a dava como existente lá, mesmo dentro desse templo. Debalde. Da epígrafe nem sombras. E se ela era interessante, por dar a conhecer uma divindade indígena até então desconhecida! Até que, um dia, ao abrirem-se os caboucos para o muro divisório da quinta dos Padres Salesianos, em Manique de Baixo, a inscrição se encontrou e, claro, foi dada a princípio como inédita, pois da terra acabara de sair. Estudo feito, chegou-se à identificação. Mas... como teria sido possível uma inscrição romana ter vindo do coração da cidade de Lisboa para ali? Não viera, sempre ali estivera. A consulta aos registos prediais de Cascais revelou: toda a zona onde a epígrafe se encontrou tinha o nome de São Paulo¹⁸! E ninguém se recordava disso. Neste caso, foi o achado romano que levou à descoberta do topónimo. O habitual é o topónimo ser boa pista para se chegar à descoberta.

¹⁶ BUSTAMANTE-ÁLVAREZ, CARDOSO, 2019.

¹⁷ ENCARNAÇÃO, 2002: 45-48.

¹⁸ ENCARNAÇÃO, 1974; 2001: 19-23.

Uma conclusão, entre outras, ora se impõe: se todas as disciplinas não vivem por si e assim se compreende que a um arquitecto, por exemplo, não basta saber desenhar e ter imaginação, porque conhecimentos matemáticos, físicos, meteorológicos lhe são indispensáveis, assim arqueólogo que se preze deve saber observar a paisagem e auscultar as gentes. Interrogar-se acerca das razões por que este lugar se chama Birre ou Alcabideche ou Zambujeiro...

Se, na vida de cada um, nada acontece por acaso, a atribuição do nome a um lugar, a criação de uma lenda, o aparecimento de uma história, por mais estranha que pareça, sobretudo se intrinsecamente ligada a um lugar, constituem sintomas a despertar a atenção do arqueólogo e das entidades que velam pela memória de um povo. Sintomas a ter em conta!

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge; ÉTIENNE, Robert (1977). *Fouilles de Conimbriga*. Paris: Diffusion E. de Boccard. Vol. I. *L'Architecture*.
- ALARCÃO, Jorge; ÉTIENNE, Robert; MAYET, Françoise (1990). *Les Villas Romaines de S. Cucufate (Portugal)*. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- BATISTA, Paulo Leitão (2010). *Património popular – fontes de chafurdo*. «Capeia Arraiana». (3 Nov. 2010). [Consult. 21 jul. 2023]. Disponível em <<https://capeiaarraiana.pt/2010/11/03/patrimonio-popular-a-fonte-de-chafurdo/>>.
- BARROCA, Mário Jorge (2009). *A construção de fontes na epigrafia medieval portuguesa (séc. XIV e XV)*. In BARATA, Maria do Rosário Themudo; KRUS, Luís, dir. *Olhares sobre a História: estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 89-96.
- BUSTAMANTE-ÁLVAREZ, Macarena; CARDOSO, Guilherme (2019). *Un pistrinum en el ager de Olissipo. El complejo artesanal del asentamiento rural de Freiria (Cascais, Portugal)*. «Spal». 28:1, 157-172.
- CARDOSO, Guilherme (1991). *Villa Romana de Freiria – Estudo Arqueológico*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- CARDOSO, Guilherme (2018). *As necrópoles romanas/visigóticas de Miroiço e Alcoitão (Cascais)*. «Conimbriga». LVII, 169-216. Disponível em <https://doi.org/10.14195/1647-8657_57_5>.
- CARDOSO, Guilherme et al. (1999). *Sondagem arqueológica de emergência em Miroiço*. «Al-madan». II.^a Série. 8, 8-9.
- CASTELLO BRANCO, D. António de; FERREIRA, Octávio da Veiga (1971). *Novos trabalhos na estação lusitano-romana da Areia (Guincho)*. «Boletim nº 2 do Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães». 2, 69-84.
- CORREIA, Vergílio (1913). *Sepultura romana nos arredores de Oeiras*. «O Archeologo Portuguez». 18, 93-95.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1974). *Aracus Aranius Niceus. uma divindade indígena venerada em Manique de Baixo (Alcabideche)*. In *Actas das II Jornadas Arqueológicas (Lisboa. 1972)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. II, pp. 195-204.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2001). *Roteiro Epigráfico Romano de Cascais*, Câmara Municipal de Cascais.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2002). *Cascais e os Seus Cantinhos*. Lisboa: Edições Colibri; Câmara Municipal de Cascais, pp. 45-48.

- ENCARNAÇÃO, José d' (2013). *Fragmento de epígrafe romana de Miroiço (Alcabideche, Cascais)* (Conventus Scallabitanus). «Ficheiro Epigráfico». 113, inscrição n.º 488. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10316/24783>>.
- ENCARNAÇÃO, José d'; CARDOSO, Guilherme (1995). *Para uma história da água no concelho de Cascais*. Cascais: Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.
- ENCARNAÇÃO, José d'; CARDOSO, Guilherme (2019). *A investigação sobre a época romana em Cascais*. In ENCARNAÇÃO, José d', coord. *Dos Patrimónios de Cascais*. Cascais: Associação Cultural de Cascais, pp. 97-105. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10316/87329>>.
- ESTRELA, Gisele Freitas (2017). *Fontes e Chafarizes. O abastecimento de água nos espaços públicos na Baixa Idade Média portuguesa*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado. Disponível em <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/109304>>.
- FIGUEIREDO, Fausto J. do Amaral; PAÇO, Afonso do (1950). *Vestígios romanos de los Casais Velhos (Areia - Cascais)*. In *Crónica del I Congreso Nacional de Arqueología y del V Congreso Arqueológico del Sudeste. Almería 1949*. Cartagena: [s.n.], pp. 236-241.
- PITA MERCE, Rodrigo (1962). *Los linajes de las tierras de Huesca*. «Argensola: Revista de Ciencias Sociales del Instituto de Estudios Altoaragoneses». 51-52, 235-242.
- RUBIERA MATA, María de Jesus (1996). *Ibn Muqāna de Alcabideche*, Cascais: Associação Cultural de Cascais.



ARQUEOLOGIA E TRADIÇÃO ORAL

COORD.
ALEXANDRA VIEIRA